

UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ

**ANÁLISE DE COMPETÊNCIA NA TUTELA COLETIVA**

LUIZ CLÁUDIO MOURA DE ALMEIDA

Rio de Janeiro

2015

Luiz Cláudio Moura de Almeida

**ANÁLISE DE COMPETÊNCIA NA TUTELA COLETIVA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Estácio de Sá, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Direito.

**Orientador: Prof. Dr. Rogério José Bento Soares do Nascimento**

Rio de Janeiro

2015

A447a Almeida, Luiz Cláudio Moura de

Análise de competência na tutela coletiva / Luiz Cláudio  
Moura de Almeida. – Rio de Janeiro, 2015.

105f. ; 30cm.

Dissertação (Mestrado em Direito)-Universidade Estácio de  
Sá, 2015.

1. Tutela. 2. Tutela coletiva. 3. Ação Coletiva. 4.  
Competências. 5. Danos. 6. Inquérito civil. 7. Conduta. 8. Acesso  
à justiça. I. Título.

CDD 342.164



**Estácio**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

A dissertação

**ANÁLISE DE COMPETÊNCIA NA TUTELA COLETIVA**

elaborada por

**LUIZ CLÁUDIO MOURA DE ALMEIDA**

e aprovada por todos os membros da Banca Examinadora foi aceita pelo Programa de Pós-Graduação em Direito como requisito parcial à obtenção do título de

***MESTRE EM DIREITO***

Rio de Janeiro, 31 de julho de 2015.

**BANCA EXAMINADORA**

  
\_\_\_\_\_  
**Prof. Dr. Rogério José Bento Soares do Nascimento – Presidente**  
Universidade Estácio de Sá

  
\_\_\_\_\_  
**Prof. Dr. Humberto Dalla Bernardina de Pinho**  
Universidade Estácio de Sá

  
\_\_\_\_\_  
**Prof. Dr. Antônio Pereira Galo Júnior**  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

## DEDICATÓRIA

A meus pais, pelo exemplo de vida.

A Paula, meu amor.

## AGRADECIMENTOS

As linhas que se seguem buscam registrar meus agradecimentos a todo o auxílio recebido não apenas na elaboração da presente dissertação, mas durante todo o curso do mestrado realizado na Universidade Estácio de Sá – UNESA que culminou no presente trabalho de conclusão.

Agradeço, inicial e especialmente, ao Prof. Rogério José Bento Soares do Nascimento, de quem tive a felicidade de ser aluno na disciplina de Teoria da Constituição durante o curso de mestrado e, ainda, o privilégio de poder contar com sua valiosa orientação para o presente trabalho, com os sempre pertinentes, precisos e inspiradores direcionamentos.

Aos Professores Aluisio Gonçalves de Castro Mendes e Humberto Dalla Bernardina de Pinho, pelas brilhantes aulas nas disciplinas de Tutela dos Interesses Coletivos e Teoria do Processo, respectivamente, que impactaram diretamente nas ideias expostas na presente dissertação. Agradeço também a todos os demais professores do programa do mestrado da UNESA pelo estímulo acadêmico transmitido em cada encontro.

A Larissa Clare Pochmann da Silva, pelo gentil compartilhamento de material específico sobre o tema das ações coletivas, que auxiliaram nas reflexões e conclusões alcançadas.

Aos colegas de mestrado, pelas reflexões, desde pontos de vista variados, e debates que proporcionam crescimento conjunto nesses dois anos de caminhada coletiva.

Não poderia deixar de registrar o apoio recebido da Bradesco Seguros S.A. que, firme no propósito de fomentar a qualificação de seus funcionários, não se limitou a custear o curso de mestrado na UNESA através da concessão de uma bolsa de estudos, mas também compreendeu a necessidade de minha participação nos diversos compromissos acadêmicos que são inerentes à pós-graduação *stricto sensu*.

Por fim, aos meus alunos do curso de graduação em direito da Universidade Estácio de Sá, por sempre me deixarem na dúvida se mais ensino ou aprendo em nossos encontros.

## RESUMO

ALMEIDA, Luiz Cláudio M..

As regras processuais para a tutela coletiva no Brasil não estão dispostas de forma sistematizada em um único diploma legal, o que exige uma análise conjunta de algumas leis correlatas para sua adequada aplicação. Alguns pontos sensíveis ainda estão longe de um entendimento pacificado tanto na doutrina quanto na jurisprudência que tratam de ações coletivas, dentre eles a análise da competência. O objetivo do presente trabalho, no entanto, não é apresentar uma análise puramente processual da competência para julgamento das ações coletivas, é oferecer um olhar mais abrangente do impacto causado pela determinação do local onde os atos processuais e extraprocessuais (inquérito civil, recomendação e termo de ajustamento de conduta) envolvendo tutela coletiva causam no resultado do direito que se pretende ver tutelado. Com essa abordagem ampliada do tema o presente estudo busca relacionar a adequada solução da questão coletiva como os objetivos do tão debatido acesso à justiça.

Palavras-chave: tutela coletiva – ações coletivas – competência – local do dano – dano regional – dano nacional – competência concorrente – competência adequada – inquérito civil – recomendação – termo de ajustamento de conduta.

## **ABSTRACT**

ALMEIDA, Luiz Cláudio M..

The procedural rules for class action in Brazil are not arranged systematically in a single legal instrument, which requires a joint analysis of some related laws to achieve its proper application. Some sensitive issues are still far from a pacified understanding in both doctrine and jurisprudence dealing with class action, one of them is the analysis of competence. The purpose of this study, however, is not to present a purely procedural analysis of competence for trial of the class action, but a more comprehensive look at the impact that the determination of where the trial and other out-of-court activities related with the collective redress in the statement of rights to be protected. With this expanded approach, this study seeks to relate the proper solution of class action objectives of the much-debated access to justice.

Keyword: collective redress – class action – competence – local damage – regional damage – national damage – concurrent competence – appropriate competence – civil inquiry – recommendation – undertaking of adjustment of conduct.



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>1 AÇÕES COLETIVAS E O ACESSO À JUSTIÇA.....</b>	<b>14</b>
1.1 Espécies de direitos coletivos.....	20
1.2 Necessidade de regras específicas para tutela coletiva.....	22
1.3 O microssistema das ações coletivas.....	25
1.4 O local dos atos processuais e extrajudiciais. ....	28
<b>2 LEGITIMIDADE NO INQUÉRITO CIVIL, NA RECOMENDAÇÃO E NO TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA.....</b>	<b>32</b>
2.1 Legitimidade na tutela coletiva.....	34
2.2 Legitimidade para os atos extrajudiciais em tutela coletiva.....	38
2.2.1 Inquérito civil.....	38
2.2.2 Recomendação.....	41
2.2.3 Termo de ajustamento de conduta.....	43
2.3 Relevância do local de realização dos atos extrajudiciais.....	46
<b>3 COMPETÊNCIA PARA JULGAMENTO DA AÇÃO COLETIVA.....</b>	<b>55</b>
3.1 Competência nas ações coletivas.....	55
3.2 A competência concorrente nas ações coletivas.....	60
3.2.1 A competência no Código de Defesa do Consumidor.....	60
3.2.2 Dano regional e dano nacional.....	61
3.2.3 A competência adequada.....	67
3.3 Competência das varas especializadas.....	72
<b>4 COMPETÊNCIA PARA LIQUIDAÇÃO, CUMPRIMENTO DE SENTENÇA E EXECUÇÃO COLETIVA.....</b>	<b>76</b>
4.1 A sentença coletiva e sua liquidação.....	77
4.1.1 Competência para liquidação e execução coletiva de sentença coletiva.....	82

4.1.2. Competência para liquidação e execução individual de sentença coletiva.....	83
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>87</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>90</b>
ANEXO I: QUADRO COMPARATIVO DA LEGISLAÇÃO E PRINCIPAIS PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO LEGISLATIVA EM MATÉRIA DE COMPETÊNCIA NAS AÇÕES COLETIVAS.....	102